

RETERRITORIALIZAÇÃO DO ESPAÇO AGRÁRIO PERNAMBUCANO, A PARTIR DE POLÍTICAS PÚBLICAS GOVERNAMENTAIS EM GARANHUNS-PE: ERRADICAÇÃO DO CAFÉ E IMPLANTAÇÃO DA BACIA LEITEIRA

Felippe Pessoa de Melo

Graduação em Geografia-UPE, Especialização em Programação do Ensino de Geografia-UPE, Mestrado em Geociências e Análise de Bacias-UFS/PGAB, Doutorando em Geografia-UFS/PPGEO, Pesquisador do GEOPLAN, Docente nas Redes Estadual de Alagoas e Municipal de Garanhuns-PE.

felippemelo@hotmail.com

Rosemeri Melo e Souza

Professora Associada da Universidade Federal de Sergipe-UFS/NEAM, Bolsista de Produtividade em Pesquisa - CNPq, Graduação em Geografia-UFS, Especialização em Espaço Rural no Mundo Subdesenvolvido-UFS, Mestrado em Geografia-UFS/PPGEO, Doutorado em Desenvolvimento Sustentável-UnB e Pós-Doutorado em Geografia Física-U. QUEENSLAND, Austrália.

rome@ufs.br

INTRODUÇÃO

O presente artigo é fruto de reflexões realizadas na disciplina Seminários de Temas Específicos, ofertada pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia/PPGEO da Universidade Federal de Sergipe/UFS, ministrada pelo professor visitante Dr. Bernardo Mançano Fernandes. No transcorrer da disciplina, o docente apresentou e debateu uma nova proposta de classificação territorial, a tipologia do território, com três ordens de classificação. A primeira, ou o primeiro território, representa o espaço de governança; o segundo, a propriedade, mesmo havendo disputas; o terceiro, caracteriza-se pela fluidez, sentido do fluxo no transcorrer do tempo. A tríade conceitual supracitada, pode apresentar-se de forma material ou imaterial.

Para Fernandes (2014), o uso do território é definido pelas relações capitalistas e não capitalistas, configurando um cenário marcado por disputas vorazes, chegando ao ponto de derramamento de sangue. Pode-se citar como exemplo a situação do Pontal do Paranapanema. A coexistência de territórios, nem sempre é antônimo de conflitualidade, principalmente quando os modelos de uso e ocupação do solo se contrapõe, materializando um cenário estruturado, do ponto de vista dos que detêm o poder, e desestruturado pelos que são subjugados (Informação verbal).

A multiterritorialidade se caracteriza por vários usos no mesmo território. Já a conflitualidade por atritos existentes pelos que estão disputando os modelos de desenvolvimento (Informação verbal) (FERNANDES, 2014).

De acordo com Fernandes (2014), o modelo clássico de reforma agrária no Brasil é composto por três ações: desapropriação - 80%, compra - 10% e regularização - 10%. Atualmente a estrutura é a mesma, entretanto os percentuais são distintos. A primeira ação - 35%, a segunda 5% e a última com 60%. Características essas que demonstram drásticas reduções nos processos de compra e desapropriação em detrimento de um elevado índice de regularização. Verticalizando a leitura dessas informações, observa-se que o processo de reforma agrária reduziu seu ritmo de

forma significativa. O que vai de encontro aos dados oficiais do governo, o qual utiliza a maximização dos percentuais de regularização de forma que dá a entender que mais expropriados do campo foram assentados, quando de fato o que ocorre é a legitimação jurídica de áreas já ocupadas. Questão essa que é de suma importância, mas deve ocorrer em consonância com as demais medidas (Informação verbal).

À luz dessa nova proposta de classificação territorial, realizou-se uma análise das causas da política de erradicação do café (comercial) no município de Garanhuns - PE (Figura 1), implementada pelo Instituto Brasileiro do Café - IBC em 1965 e as consequências da substituição dessa monocultura, em detrimento da criação de gado leiteiro. Para tanto realizou-se uma pesquisa bibliográfica sobre a temática supracitada, norteada pela nova proposta para leitura, análise e interpretação para essa categoria de estudo geográfico (território) proposta por Fernandes (2014), o qual, conforme o próprio pesquisador/professor, encontra-se em fase de maturação teórica.

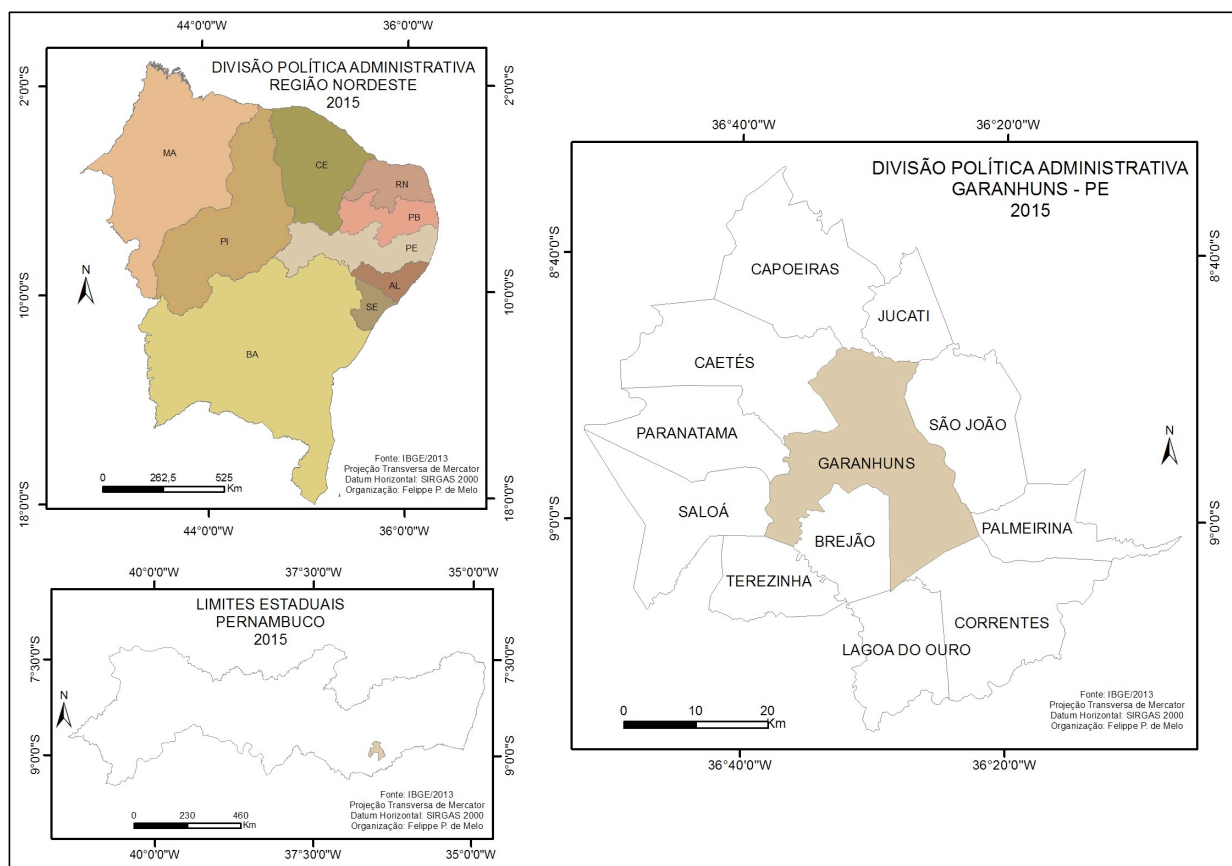


Figura 1 - Localização da área.

Essa política pública de subordinação implantada pelo governo federal para com os cafeicultores, provocou profundas mudanças no segundo território, pois o cultivo do café era feito de forma artesanal, o que exigia grande quantidade de mão de obra, tanto no período da colheita como no posterior, devido a necessidade de manutenção dos cafezais.

Segundo Fernandes (2014), a política pública pode ser de subordinação ou de emancipação, ao passo que um determinado território pode ser estruturado para ter autonomia,

poder de decisão mediante as questões que lhes são comuns, sem ceder às pressões impostas pelo capital, sendo palco, nesse caso, palco de uma política emancipatória, mas quando a situação é antítese, ocorre o processo de subordinação.

Mas, com a substituição dessa lavoura pelo gado leiteiro, ocorre uma ruptura drástica nas relações agrárias. Essa nova atividade necessitava de uma mão de obra menor e com uma qualificação diferente, ou seja, exigia a substituição do agricultor pelo vaqueiro, o que provocou um novo modelo de êxodo rural em Pernambuco, não mais pela seca, e sim por uma política pública agrária. Na teoria, a nova atividade proporcionaria o desenvolvimento econômico, o bem-estar social, mas na prática, expropriou os trabalhadores rurais e concentrou ainda mais a renda.

TERRITÓRIOS: UMA NOVA PROPOSTA DE ANÁLISE

Professor Bernardo Mançano (2014), ao ministrar a disciplina Seminários de Temas Específicos no PPGEIO, apresentou uma nova proposta de análise e interpretação da categoria território. Mas, preservando a essência do conceito, que no caso são as relações de poder exercidas em um determinado local.

Para Santos (1994), o território/usado é uma superposição de sistemas de engenharia diferentemente datados, e usados, hoje, segundo tempos diversos. As estradas, ruas, logradouros, não são percorridos igualmente por todos. Os ritmos de cada qual empresas ou pessoas não são os mesmos.

Segundo Souza (2013), território é uma área delimitada por e a partir de relações de poder. Porém, é uma fórmula que deve ser entendida somente como uma primeira aproximação, que reforça a importância da contribuição teórica e metodológica da nova proposta de análise e interpretação da categoria território, que professor Bernardo Mançano está desenvolvendo.

Estando em três territórios distintos porém indissociáveis. O primeiro é fixo, é onde ocorre a governança, estando os demais subordinados a ele. O fato de não ser estabelecido uma escala de abrangência, possibilita a aplicabilidade do modelo (teórico/metodológico) em diversos âmbitos, ou seja, pode ser concebido tanto para reflexões que levem em consideração as questões territoriais, que tomam como base as hierarquizações oficiais (Nação, estados, municípios, bairros...) e oficiosas (Fronteiras agrícolas, zonas de expansão...). Deve-se deixar evidenciado que a versatilidade da proposta não compromete e nem induz/direciona as análises.

O segundo também é fixo, entretanto, fica subordinado às decisões tomadas no primeiro. Porém, pode haver nestes territórios disputas/choque de interesses. Logo, a posse permanente de uma propriedade é uma falsa sensação que existe em uma propriedade particular ou pública, controlada por um indivíduo ou grupo, por um determinado tempo, que reforça e ideia de conflitos nessa categoria. Como exemplo pode-se citar uma fazenda privada, onde existindo um dono o mesmo não tem pleno poder sobre ela, pois caso não cumpra as normas estabelecidas no primeiro território pode vir a ser punido, inclusive com a perda da propriedade.

O terceiro é móvel, fica relacionado a dinâmica espaço/tempo. É subordinado aos dois primeiros territórios. Tem como principais características a fluidez e a capacidade de adaptação as relações de poder existentes entre os territórios os quais está subordinado. Pode-se citar como exemplo a expansão do rebanho bovino na região norte. É uma atividade que ocorre nos limites da fronteira nacional (primeiro território), mas pode transcender, ocupando um território supranacional, que no caso também será primeiro território. Mas, para efeitos de segundo território só existe um, logo a atividade/modelo de produção é a mesma, estando o terceiro território situado e formado pelas inter-relações entre os dois primeiros.

PRIMEIRO TERRITÓRIO

FORMAÇÃO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Para Andrade (1999), a aquisição do território pernambucano ocorreu devido os interesses dos portugueses nos produtos tropicais. No começo, essa área era ocupada por nativos tupi na costa, cariri e gês no interior do continente. Mas, com o advento dos europeus estabeleceu-se relações comerciais utilizando o modelo de escambo, ou seja, os nativos forneciam os produtos locais, principalmente o pau-brasil (*Caesalpinia echinata*) em troca de objetos portugueses que despertavam seus interesses. Logo, esses produtos eram de fácil acesso e de baixo custo de produção, dentre eles destacavam-se: facões, armas de fogo, espelhos e enfeites de modo geral.

Objetivando garantir suas lucrativas relações econômicas, os portugueses construíram feitorias em portos naturais e faziam alianças com as tribos que eram do seu interesse para lutarem juntos contra as tribos rivais dos aliados, o que proporcionava um processo mais rápido de aquisição de áreas a serem exploradas.

O processo de ocupação do território pernambucano de início ocorreu no litoral, em seguida, ocorreu seguindo a margem esquerda do rio São Francisco, de forma que foi possível contornar a formação da Borborema e, logo após, para o norte subindo os afluentes do Velho Chico. Ao chegarem no sertão pernambucano, os portugueses fizeram lentamente, no transcorrer dos anos, sua marcha rumo a Borborema. Os dois principais caminhos para ascender essa barreira natural foram através dos vales: Ipojuca e Capibaribe. O que explica o fato do Agreste estar mais próximo do litoral do que do Sertão e mesmo assim ter sido ocupado por último (ANDRADE, 1999).

Fato esse que, no transcorrer das décadas, gerou inúmeros problemas para coroa, pois logo os escravos passariam a olhar essa fração territorial com olhos diferentes dos europeus, e forma que para os dominadores representava risco, já para os escravos simbolizava o alento de liberdade, mesmo que a tentativa de fuga lhe custasse a vida. Essas esperanças se reforçaram ainda mais com o advento da guerra do açúcar.

COMPOSIÇÃO TERRITORIAL DE GARANHUNS

Para o IBGE (2014), o processo de uso e ocupação do espaço geográfico de Garanhuns por indivíduos estrangeiros remonta ao século XVII. Devido a topografia de difícil acesso, tornou-se um local atrativo para os africanos que conseguiam escapar do jugo europeu.

São muitos os fatores locais que explicam esse papel de obstáculo interposto pelo altiplano garanhuense. Em primeiro lugar o maior afastamento do mar, nesse trecho, da Borborema, fez crescer as dificuldades de penetração através de uma mais larga faixa da Zona da Mata. Também a altitude superior à cota dos 900m colocando esse relevo entre os níveis mais elevados do Nordeste brasileiro, tornou-se, desse modo, mais difícil de ser atingido. Ainda a presença de espessa vegetação de mata, então a cobrir essa porção do território pernambucano, completou, por muito tempo, um quadro hostil à ocupação humana. (SETTE, 1956, p. 45)

Barbalho (1982 apud Ubirajara, 2001, p. 111), salienta que o nome Garanhuns viria a surgir pela primeira vez durante o processo de penetração dos escravos no Agreste, área alvo de inúmeras expedições militares, tendo como objetivo principal garantir o domínio/controlar do território, logo era um local de conflitos acirrados entre os quilombolas e os europeus.

No que diz respeito à origem da palavra Garanhuns, não existe um consenso entre os pesquisadores. As teorias mais aceitas são: originária da tribo Cariri - Guará/pássaros e Nhu/campos, ou seja, pássaros dos campos; Guara-nhum - indivíduo preto - fundamenta-se no fato de que até hoje os Carijós de Águas Belas chamam Garanhuns de Claiô, local habitado por indivíduos negros/escuros e palavra indígena para sítio dos guarás/cães selvagens (*Chrysocyon brachyurus*) e anuns/pássaro preto (*Crotophaga ani*).

De acordo com Sette (1956), a ocupação mais latente, começa a ocorrer com a invasão holandesa em Pernambuco em 1630, dando início a chamada guerra do açúcar, desestruturando o cotidiano dos engenhos da Capitania de Pernambuco. Este fato teve repercussão imediata com a queda de produção nos engenhos e enfraquecimento da disciplina aplicada aos escravos. Mesmo com o fim da ocupação holandesa em 1654, os portugueses não conseguiram reestabelecer o antigo rigor da disciplina.

Durante o jugo holandês, os escravos fugitivos tiveram tempo suficiente para se organizarem em quilombos e traçarem estratégias de fuga para seus condescendentes, dos quais muitos se instalaram sobre os contrafortes orientais da Borborema, na Serra da Barriga, formando o famoso Quilombo dos Palmares, o qual teve seu auge na segunda metade do século XVII, tornando-se o mais emblemático dos quilombos do período colonial, ocupando uma área que se estendia do Cabo de Santo Augustinho ao Rio São Francisco. Alvo de inúmeras incursões portuguesas, que tinham como único objetivo a aniquilação do quilombo. Mesmo sofrendo perdas territoriais ao longo das décadas resistiu até 1694. Dentre os seus líderes destacaram-se: Ganga-Zumba e Zumbi.

Após quatro anos do término da invasão holandesa, ou seja, em 1658, e vivendo um processo histórico de formação e fortalecimento dos quilombos, no qual a região de Garanhuns estava incluída, surgiu a necessidade imediata de garantir o domínio desse território frente a ameaça territorial que os negros impunham a coroa. Logo, era um problema que os portugueses queriam resolver o mais rápido possível, pois a formação de mais um quilombo, organizado/estruturado, geraria ônus para coroa e ainda incitaria a formação de outras frentes de resistência.

Como nos engenhos do litoral/mata não havia folga para escravos, ao menor cochilo dos brancos e seus feitores, disso se aproveitavam os negros mais ousados para fuga em direção ao interior, subindo os vales dos grandes rios, atravessando a Serra das Russas, refugiando-se onde os brancos sentiam medo de morar, no pleno Agreste de Pernambuco, em cujas vastidões territoriais poderia haver a ferocidade dos tapuias-cariris ou mesmo a de animais selvagens, ambas, contudo, não tão malignas quanto o trato dos brancos litorâneos em relação aos africanos cativos. Para estes o Agreste representava uma Canaã, era a terra da liberdade plena e da vida digna, muito diferente da podridão moral e social de lá de baixo, onde a nobreza não passava de apelido destituído de fundamento e muito parecido com safadeza e nada mais. No Agreste, os negros se aquilombavam, fundavam mocambos diversos, reproduziam-se através das índias ou até mesmo de brancas e mulatas raptadas nas fazendas circunvizinhas. De fato, são os negros, os quilombolas, os primeiros civilizadores das pragas agrestinas, seus desbravadores e domadores, seus povoadores por quase todo o século XVII, os verdadeiros descobridores de suas riquezas e potencialidades. Inversamente à classificação de D. Francisco Manuel de Melo - perspicaz escritor lusitano do século XVII que classificava o Brasil como: paraíso das mulatas, purgatório dos brancos e inferno dos negros (grifo nosso) - o Agreste agora poderia ser considerado como céu dos negros, purgatório dos índios e inferno dos brancos em geral. (BARBALHO, 1982 apud UBIRAJARA, 2001, p. 110)

O Governador da Capitania de Pernambuco concedeu a Nicolau Aranha Pacheco, Cosmo de Brito Cação, Antônio Fernandes Aranha e Ambrósio Aranha de Farias, uma sesmaria de 20 léguas de terras nos campos Garanhuns e Panema. Na sesmaria Garanhuns fundou-se o sítio Garcia. Atualmente esse local corresponde a sede do município. Em 1699 foi expedida uma carta régia, que tornava Garanhuns sede da Capitania do Sertão do Ararobá, sendo que em 1762, foi criada a vila de Cimbres. Com isso, Garanhuns passa a ser sede da Freguesia de Santo Antônio de Garanhuns. Devido ao seu notável desenvolvimento, foi a levada a sede de Vicariato em 1796.

Conforme o IBGE (2014), setenta e oito anos após sua última elevação a sede foi novamente elevada à categoria de vila pela carta régia de 10/03/1811, sendo instalada em 17/12/1813. A lei provincial n° 204, de 04/02/1848, criou o distrito de Correntes e o anexou a Garanhuns, a qual passou a ser cidade em 04/02/1874, pela lei provincial n°1.309. Em 1879, Correntes é desmembrada de Garanhuns e elevada a cidade.

Esse desmembramento resultou em uma perda territorial de 329,08 km², ou seja, 16,1%. Dando continuidade a esse fenômeno territorial ao longo das décadas, o município de Garanhuns foi tendo porções do seu território transformadas em distritos e os mesmo no transcorrer dos anos foram se emancipando (Figura 02).

O segundo território a desmembrar-se foi o que hoje em dia corresponde a Palmeirina, sendo desanexado mais 158,24 km²; em seguida foi Angelim, como uma poligonal de 118,20 km²; na sequência Paranatama, ficando com um território de 231,05 km².

São João, foi o quinto distrito a ser desanexado e elevado a cidade, minimizando 258,65 km² do município de Garanhuns; em seguida, ocorre o desmembramento de Brejão resultando em uma redução de 159,94 km², no espaço geográfico garanhuense; e por último porém não menos significativo, Caetés é emancipado, provocando uma desindexação de 329,74 km². Esse desmembramento territorial reduziu 77,54% da paisagem de Garanhuns, mas até a presente data o município continua exercendo grandes influências nos seus antigos territórios.

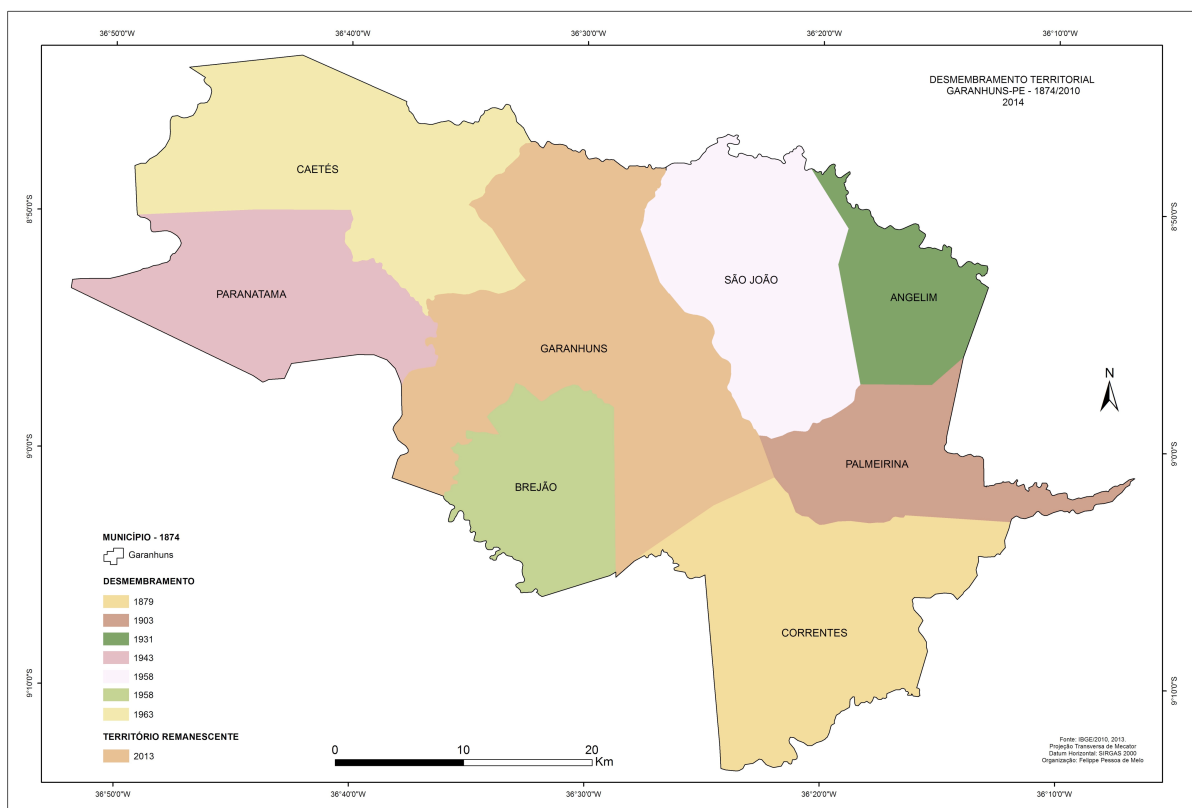


Figura 2 - Processo de desmembramento territorial.

Os processos de desmembramentos do território de Garanhuns, transcorreram de forma pacífica, logo as porções desmembradas tinham suas próprias identidades.

SEGUNDO E TERCEIRO TERRITÓRIOS

De acordo com Ubirajara (2001), a chegada do trem em 1887 alavancou a economia e agilizou o processo de expansão urbana e escoamento da produção agrária, o que transformou Garanhuns em um importante entreposto comercial a serviço dos municípios circunvizinhos e NERA – Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária. Disponível em www.fct.unesp.br/nera

arredores, transformando - o em uma área de influência regional, chegando a exercer influência no sertão alagoano.

Diversos produtos agrícolas contribuíram de forma decisiva para o crescimento e desenvolvimento dos centros urbanos agrestinos, principalmente algodão e café.

As diversas atividades econômicas que se alternaram em Garanhuns, sobretudo as lavouras de subsistência (Milho, feijão, mandioca...) e comerciais (Algodão e café.), juntamente com as grandes/médias propriedades de gado e inúmeras propriedades de pequeno porte, solidificaram e garantiram a apropriação da terra. Até o final do século XVII, a pecuária foi o carro chefe na economia agrestina, em seguida passando a predominantemente agrícola, devido ao cultivo comercial do algodão, o qual já era cultivado desde o século XVI, mas sem grande expressão econômica.

A tríade Revolução Industrial na Inglaterra, guerra da Independência nos Estados Unidos e as incursões de Napoleão na Europa, foram decisivas para a transformação dessa atividade agrícola até então sem expressão econômica no principal produto agrícola do Agreste e até mesmo de Pernambuco. O apogeu dessa produção foi em 1860, com o advento da guerra da Secessão nos Estados Unidos. Fatos como: o fim da guerra em 1865, altos custos de produção devido o manejo inadequado do solo ao longo do tempo, surgimento de pragas e a baixa tecnologia utilizada no cultivo do algodão foram ao longo dos anos, inviabilizando o seu plantio em escala comercial no Nordeste, cedendo lugar para o Centro-Sul.

De acordo com Sales (1982), os agricultores nordestinos passaram a enxergar a cultura do algodão como algo do passado e sem rentabilidade econômica, principalmente devido ao desgaste do solo. Em momento algum os ex-produtores fizeram menção a perda de mercado para o Centro-Sul.

Para solucionar a estagnação econômica do campo, foi implantada a cultura do café. O precursor da atividade cafeeira em Garanhuns foi Luís Burgo, o qual solicitou as sementes ao presidente da província de Pernambuco, que chegaram em 06/09/1887. O café demonstrou-se de fácil adaptação as peculiaridades climáticas e topográficas locais, de forma que sua produtividade foi acima do esperado, estimulando outros agricultores a inserirem essa nova cultura em suas propriedades. Sessenta e dois anos após o plantio das primeiras mudas, a produção já atingia 80.000 arrobas (1.200 toneladas) e em 1960 já atingia as 232.500 arrobas (3.488 toneladas).

Mas, para infelicidade dos agricultores, em 1965 o Instituto Brasileiro do Café-IBC, iniciou uma política nacional de erradicação do café em áreas consideradas de baixa produção. Não levou em consideração que essa monocultura era cultivada de forma artesanal, o que exigia grandes quantidades de mão de obra, tanto no período da colheita, como nos meses subsequentes devido à necessidade permanente de manutenção da lavoura. Devido a isso o cultivo do café começa a sofrer um fenômeno reverso. Com o decorrer das décadas, a cafeicultura foi praticamente erradicada do Agreste. Atualmente só existem resquícios dessa monocultura na região.

O café chegou a se situar como o mais importante produto agrícola dos brejos agrestinos, com grande importância no planalto de Garanhuns. E a produção pernambucana de café era na sua quase totalidade proveniente do agreste. Assim é que: em 1958, para uma produção nordestina de 26.200 toneladas que representava apenas 1,5% da produção brasileira, Pernambuco entrou com 20.976 toneladas, o que corresponde a 79,6% da produção regional. O apogeu da cafeicultura tornou a região de Garanhuns um Grande polo social e econômico. (ANDRADE, 1980, p. 158)

Conforme Ubirajara (2001), com as indenizações fornecidas pelo IBC, os até então agricultores, investiram na pecuária leiteira. Esse novo modelo agrário foi responsável por: grandes movimentos migratórios em direção as áreas urbanas, pois a pecuária leiteira não exigia grandes quantidades de mão de obra, como a atividade anterior; aumento das áreas desmatadas, para maximização dos pastos; início do processo de assoreamento nos cursos d'água, devido a remoção da mata ciliar para facilitar o acesso do gado.

De uma só vez, o pequeno agricultor se viu sem seu trabalho permanente e sem seu roçado. O que fazer? Como sustentar sua família? Para onde ir? Em contraposição a esses questionamentos, o governo salienta que houve progresso econômico.

A lógica do paradigma do Capitalismo Agrário cria um estado de mal estar, quando o assunto a ser discutido implica em contestar o capitalismo, porque isso lhe atinge o âmago. Este é o limite de sua ideologia. A desobediência só é permitida dentro dos parâmetros estipulados pelo desenvolvimento do capitalismo. A partir desse ponto é subversão. A “integração plena” carrega mais que um estado de subordinação contestada, contém o sentido da obediência às regras do jogo comandado pelo capital. (FERNANDES, 2001, p. 23)

Porém, essa nova atividade trouxe suas benesses. O gado leiteiro adaptou-se rapidamente a região e passou a apresentar uma ótima produtividade a um baixo custo, pois o gado tinha no pasto sua alimentação necessária. Essa atividade está presente no cenário agrícola do Agreste até a presente data, ocupando um papel de destaque. A produção de leite do Brasil supera os 26 bilhões de litros por ano, sendo 0.747 bilhões são produzidos em Pernambuco, dos quais 73% são produzidos na bacia leiteira de Garanhuns-PE (IBGE, 2013).

Independente da corrente ideológica, é inegável que o modelo de desenvolvimento implantado em Garanhuns, a partir de 1965 pelo IBC, provocou drásticas mudanças no campo. E com evidentes consequências no perímetro urbano.

Os ex-produtores foram forçados a instalarem-se no perímetro urbano, mas por não possuírem renda suficiente para fixarem moradias em locais adequados, instalaram-se nas encostas dos vales e passaram a praticar a agricultura familiar. Devido a topografia das encostas (Figura 3), mais a retirada da cobertura vegetal e os elevados índices de precipitação (Clima

Mesotérmico Tropical de Altitude), configurou-se um cenário propício para deslizamentos ou desmoronamentos, colocando a população em risco de vida.

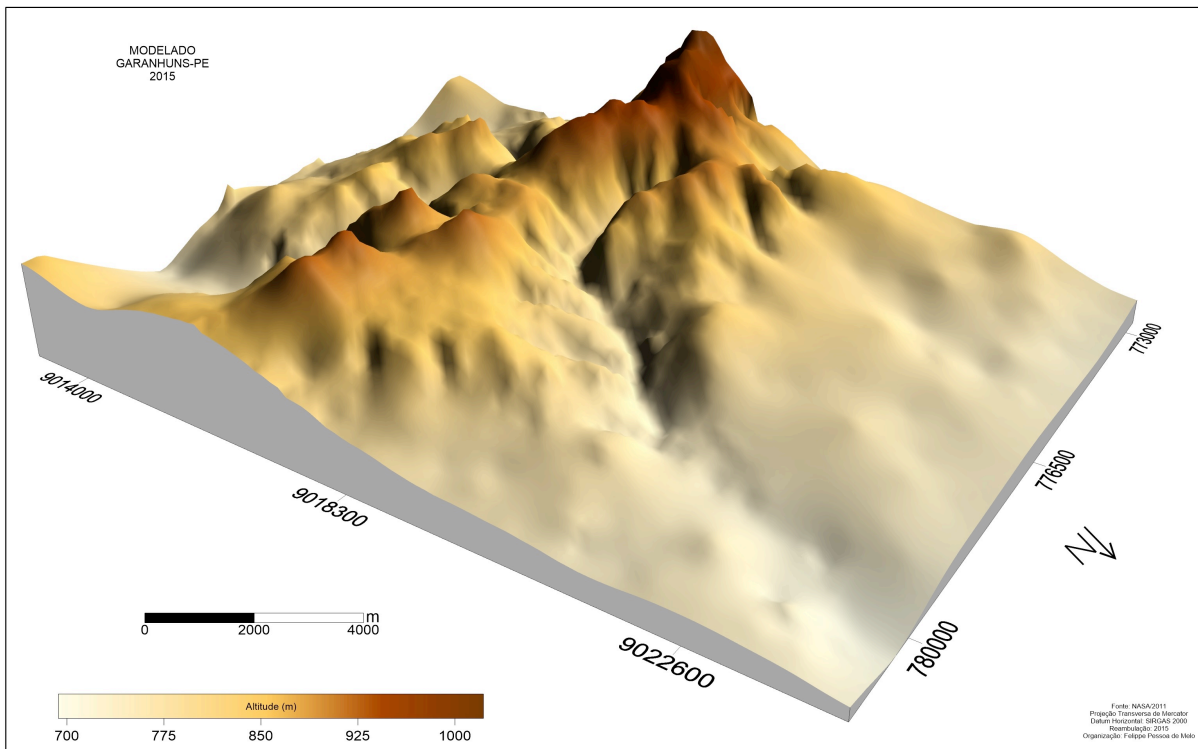


Figura 3 - Morfologia do relevo.

Com o advento da globalização a partir da década de 90, pode-se dizer que o “verde” (paisagens com coberturas vegetais, sejam elas naturais ou artificiais) passou a ser uma materialidade agregadora de valores. São cada vez mais comuns propagandas de áreas residenciais que enfatizam a questão do “verde” enquanto local que oferta qualidade de vida. Nesse novo marketing apela-se para preservação, conservação, sustentabilidade. Todo e qualquer conceito que caracterize a área como ecologicamente correta.

Mas o que tem por traz dessa propaganda? O que esse fenômeno socioespacial tem com a questão da reestruturação do espaço agrário de Garanhuns?

É o diferente que atrai o olhar. Vivemos em uma sociedade que consumiu mais recursos naturais nos últimos cem anos que em toda história da humanidade.

Apropriando-se dessa preocupação ambiental coletiva, o sistema capitalista através do mercado imobiliário passa a vender lotes em condomínios fechados, afastados do perímetro urbano e ecologicamente corretos. E ainda transferem parte da culpa da devastação ambiental para população que ocupa áreas de riscos, os quais usam de forma insustentável o território. Oneram os cofres públicos, devido os projetos de recuperação ambiental, ou remoção de continentes populacionais. Devemos lembrar que a população carente que ocupa essas áreas de risco é fruto de uma política pública de ordenamento territorial imposta pelo IBC em 1965. Portanto, eles são atingidos e não culpados.

Sempre é importante enfatizar a relação entre os territórios como espaço de governança e como propriedades. Esta relação é determinada por políticas de desenvolvimento, portanto quem determina a política define a forma de organização dos territórios. Aqui é necessário lembrar seus atributos: cada território é uma totalidade, por exemplo: os territórios de um país, de um estado, de um município ou de uma propriedade são totalidades diferenciadas pelas relações sociais e escalas geográficas. Essas totalidades são multidimensionais e só são completas neste sentido, ou seja, relacionando sempre a dimensão política com todas as outras dimensões: social, ambiental, cultural, econômica etc. (FERNANDES, 2008, p. 5)

A problemática supracitada deixa evidenciado que crescimento econômico nem sempre é sinônimo de desenvolvimento, pelo menos do ponto de vista socioespacial. Até o momento que Garanhuns tinha uma agricultura dita subdesenvolvida/artesanal (café), conseguia fixar o homem do campo nas áreas rurais, mas a partir da reestruturação do espaço agrário (gado leiteiro), passou a concentrar ainda mais o capital e disseminar a pobreza, devido ao processo de expropriação dos trabalhadores rurais. As políticas públicas de ordenamento territorial não podem ter como objetivo central apenas o desenvolvimento econômico, pois dentro de um território existem diversos interesses que devem ser levados em consideração. Para que o ordenamento territorial proporcione emancipação e não subordinação.

Um princípio importante é pensar o desenvolvimento territorial como uma totalidade, em que se desenvolvem todas as dimensões: política, social, cultural, ambiental e econômica, não necessariamente nesta ordem, mas como um conjunto indissociável. Desenvolvimento e território são conceitos multidimensionais. (FERNANDES, 2008, p. 18).

É necessário frisar que desenvolvimento econômico não é sinônimo de melhoria da qualidade de vida da população. Logo, para que os reflexos do crescimento da economia cheguem de forma positiva, ele deve ocorrer levando em consideração os aspectos econômicos, políticos e sociais. Nas escalas locais, regionais, nacionais e supranacionais. De forma que ele não venha a maximizar a concentração de riquezas, e sim minimizar as disparidades socioeconômicas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A política pública de erradicação do café implantada pelo IBC (1965), foi um marco no segundo território de Garanhuns.

No período anterior à política do IBC, o campo tinha como principal produto agrícola o café, mas deve-se salientar que o cultivo dessa cultura era feito de forma artesanal. O que implicava na utilização de grandes quantidades de mão de obra. As quais tinham o direito de cultivarem pequenos roçados nas terras dos seus empregadores, desde que não comprometessem suas atividades na produção cafeeira. Analisando essas duas características,

observa-se que existia a produção comercial em paralelo a de sobrevivência. Dessa forma, o camponês (pequeno), conseguia permanecer no campo de forma digna, logo existia duas fontes de renda o trabalho na monocultura e os lucros oriundos dos produtos excedentes do seu roçado.

Mas, a partir de 1965, essas relações mudaram de forma drástica, com a substituição da monocultura do café, pela criação de gado leiteiro. Essa nova atividade econômica não exigia grandes quantidades de mão de obra, nem tão pouco a figura do agricultor. Nesse novo modelo de uso e ocupação do segundo território, o vaqueiro é a figura central (enquanto mão de obra) e o gado leiteiro é o produto. Outro fato importante é que os pequenos agricultores que tinham permissão para cultivar seus roçados nas terras dos seus empregadores, perderam essa permissão, pois o gado tinha como principal fonte de alimento o pasto, logo a necessidade de transformar todo o espaço possível em pastagens era latente.

Com isso os camponeses, foram forçados a deixarem o campo, e fixarem suas novas moradias no perímetro urbano. Mas como não tinham condições financeiras para fixassem em áreas adequadas, fixaram suas moradias nas encostas dos vales, e nelas começaram a praticar agricultura familiar. Ação essa que desestabilizou as encostas e maximizou os riscos de movimentos de massas. Deve-se ressaltar que esses habitantes são atingidos, de políticas públicas de ordenamento territorial.

Mas a mídia tenta camuflar essa situação, transferindo a culpa para esses habitantes, difundindo que os problemas ambientais da região são agravados pelo uso insustentável do território. Logo o “verde” agora é um produto, e o capital está disposto a vendê-lo, o mesmo capital que praticamente o destruiu. O sistema capitalista é muito hábil em reinventar-se, e em transferir os efeitos secundários de suas ações, que no caso em questão são os moradores das encostas.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, M. C. A. **Terra e o Homem do Nordeste**. Ed. 4. São Paulo: Brasiliense, 1980. 336 p.
- ANDRADE, M. C. **Atlas Escolar de Pernambuco**. Espaço Geo-histórico e Cultural. João Pessoa: Grafset, 1999. 160 p.
- BARBALHO, N. **Cronologia Pernambucana**. Subsídios para a História do Agreste e do Sertão. Recife: FIAM, 1982. 229 p.
- FERNANDES, B. M. **Questão agrária, pesquisa e MST**. São Paulo: Cortez Editora, 2001.
- FERNANDES, B. M. **Seminários de Temas Específicos**. São Cristóvão-SE, UFS, 1 de abr. de 2014. Aula Ministrada aos Discentes do Programa de Pós-Graduação em Geografia.
- FERNANDES, B. M. **Entrando nos territórios do Território**. Disponível em: <http://www.gepec.ufscar.br/textos-1/textos-educacao-do-campo/entrando-nos-territorios-do-territorio/at_download/file>. Acesso em: 23 de mar. de 2014.
- IBGE-Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <http://downloads.ibge.gov.br/downloads_estatisticas.htm>. Acesso em: 02 de abr. 2014.

SALES, T. **Agreste, Agrestes:** transformações recentes na agricultura Nordestina. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. 196 p.

SANTOS, M. **Técnica, Espaço, Tempo:** globalização e o meio técnico-científico informacional. São Paulo: EDUFS, 2008. 176 p.

SETTE, H. Origem e Evolução Urbana de Garanhuns. **Boletim Carioca de Geografia**, Rio de Janeiro, v.9, n. 1-2, p.37-48, 1956.

SOUZA, M. L. **Conceitos Fundamentais da Pesquisa Sócio-Espacial.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013. 319 p.

UBIRAJARA, C. R. **Região de Garanhuns-PE:** dinâmica sócio-espacial e a difusão da função turística. Recife: UFPE, 2001. 219 f.